

# Lira: sem compensar estados e municípios, isenção do IR não passa

Relator do projeto do governo na Câmara se reúne com o ministro Fernando Haddad para discutir alternativas

BERNARDO LIMA  
bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto que aumenta a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil, afirmou ontem que a proposta do governo Lula não terá apoio no Congresso Nacional se não houver compensação para a perda de arrecadação de estados e municípios.

O ex-presidente da Câmara se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e disse que pretende entregar seu relatório sobre o projeto até o fim de junho.

O Ministério da Fazenda estima um impacto de R\$ 4,5 bilhões nas receitas de estados e municípios, segundo cálculos apresentados pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, ao participar na terça-feira de audiência pública na comissão especial da Câmara que analisa o projeto de lei que isenta da cobrança do IR as pessoas físicas que ganham até R\$ 5

mil mensais. A proposta do governo também diminui a cobrança para quem ganha até R\$ 7 mil.

Lira se reuniu com Haddad para discutir a compensação proposta pelo governo. Segundo ele, a conversa com o ministro da Fazenda para tratar do assunto já estava prevista, como o objetivo de alinhar as expectativas do governo e “eliminar dúvidas” sobre o caminho que a proposta deve trilhar.

— Vamos tentar construir por esses dias, com a chegada de informações, mesmo que parciais, precisando ser complementadas pela Receita, uma base de cálculo para ver se há como a gente seguir na forma como o governo propôs a compensação, ou se a gente pode alterar — disse o deputado.

Lira enfatizou, no entanto, que se não houver compensação para estados e municípios, o projeto não passa no Congresso.

— Eu penso que não teria nem apoio mínimo no plenário da Câmara, ainda mais no Senado, se houver a

perspectiva de que estados e municípios estarão perdendo recursos com a isenção do IR — afirmou o deputado a jornalistas na saída do encontro com Haddad, no Ministério da Fazenda.

## 'GAP DE R\$ 8 BILHÕES'

Embora o IR da pessoa física seja federal, o bolo total da arrecadação obtida com o tributo é compartilhado com estados e municípios, um princípio da Constituição Federal. Esse montante que é distribuído tende a ser menor com o aumento da faixa de isenção. A Constituição também determina que todo o IR que é retido na fonte de servidores estaduais e municipais pertence aos respectivos estados e municípios. Com a ampliação da faixa isenta, os governos regionais também perderão parte dessa receita.

O relator diz que cálculos da assessoria da Câmara dos Deputados mostram que a medida compensatória proposta pelo governo para a isenção do IR — a tributação maior sobre a alta



Diálogo. O ex-presidente da Câmara Arthur Lira é relator do projeto que isenta quem ganha até R\$ 5 mil de pagar IR

renda — não cobre a perda de receita de estados e municípios. Faltariam cerca de R\$ 8 bilhões para que toda a perda de arrecadação fosse recomposta.

— A Receita Federal apresentou um cenário em que existe um gap de R\$ 8 bilhões entre a arrecadação prevista e o custo da faixa de isenção. Isso pode ser trabalhado com responsabilidade fiscal, sem rompimentos — afirmou Lira.

Lira pregou o diálogo para que o governo e o Congresso busquem uma solução conjunta. A ideia é apresentar o relatório do texto na comissão da Câmara até 27 de junho.

— A gente vai ter que encontrar uma forma de neutralidade, para que se compense a abertura de receita por parte do Executivo. Isso é justo, também, para que essa despesa seja compensada. Não é justo que os estados e municípios banquem com as suas receitas e programações — disse o deputado.

## PROPOSTAS EM ANÁLISE

Segundo o relator, há um conjunto de alternativas que estão sendo compiladas como sugestões.

— Pode ser aumento de alíquota para quem ganha mais, pode ser cobrança de dividendos com alíquota

maior, pode ser modificação na forma de cobrança do imposto — afirmou Lira.

Na visão da Receita Federal, apesar do impacto previsto com a isenção do IR, a medida deve impulsionar gastos na economia e, consequentemente, a arrecadação de estados e municípios.

— Quando alguém que ganha R\$ 5 mil deixa de pagar qualquer imposto, esse valor volta para economia imediatamente, na compra de bens, na compra de serviços, o que se reflete em ISS e ICMS, e vai se refletir em IVA e IPS, diretamente para os cofres estaduais e municipais — disse o secretário Barreirinhas na Câmara.

# BC argentino intervém no câmbio e vai contra o FMI

Meta de ampliar reservas, prevista no acordo com Fundo, não deve ser atingida

Da Bloomberg News  
BUENOS AIRES

Após prometer adotar um câmbio 100% flutuante há um mês, o governo da Argentina interveio no mercado para influenciar o valor do peso, em um movimento que contrasta fortemente com os compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Banco Central da Argentina vendeu US\$ 409 milhões em contratos futuros em 30 de abril — quase 14% do total de posições em aberto naquele dia no mercado futuro local, confirmando o que muitos investidores já suspeitavam havia semanas. Analistas credi-

tam que a intervenção de abril não foi pontual e se intensificou este mês, especialmente em 7 de maio, quando o peso à vista se valorizou quase 6% em relação ao dólar. Naquele dia, as vendas de futuros dispararam para máximas históricas, marcando o maior aumento de posições em aberto desde que o presidente Javier Milei assumiu o cargo.

## GOVERNO ELIMINOU 'CEPO'

As intervenções ocorreram poucas semanas após o governo ter eliminado, em 12 de abril, os mecanismos de controle cambial que existiam no país, conhecidos como cepo, como parte do acordo de socorro de US\$ 20 bi-

lhões firmado com o FMI.

“As dinâmicas observadas em maio sugerem que uma escalada dessa intervenção foi o principal fator por trás da queda consistente na taxa de câmbio ao longo do mês”, escreveu Gabriel Caañam, economista da Outlier Economy & Finance, em nota recente a clientes. A consultoria estima que a posição vendida atual do Banco Central da Argentina esteja próxima de US\$ 1 bilhão, ou até mais.

Ainda não está claro se a intervenção acendeu alertas no FMI. Pelo acordo assinado em abril, as autoridades argentinas não interviriam nos mercados à vista, futuros ou paralelos, a me-



No Fundo. Governo Milei fez acordo para obter socorro de US\$ 20 bi do FMI

nos que surgissem sérias disfuncionalidades na área cambial. Essa era uma exigência do Fundo para que o socorro de US\$ 20 bilhões não fosse “torrado” em intervenções no mercado de câmbio.

Um porta-voz do FMI afirmou na semana passada que

“o Fundo continua apoiando os esforços das autoridades para criar uma Argentina mais estável e próspera”, acrescentando que “há um reconhecimento mútuo com as autoridades sobre a importância de fortalecer as reservas externas”. O país deverá receber US\$ 2 bi-

lhões do FMI em junho, após a próxima revisão do programa de socorro de US\$ 20 bilhões.

## BC LONGE DO OBJETIVO

As preocupações dos investidores com o cumprimento do acordo entre Argentina e FMI vão além do mercado futuro. Pelo pacto, o país se comprometeu a aumentar suas reservas internacionais líquidas em US\$ 4,4 bilhões até 13 de junho — a primeira de uma série de metas estabelecidas no acordo. No entanto, o BC ainda está longe de alcançar esse objetivo, e o secretário do Tesouro argentino, Pablo Quirno, admitiu na segunda-feira que “a meta de reservas é um número que terá de ser revisado”.

— O mercado já precificou que a meta de reservas não será cumprida — diz Pedro Morini, chefe de estratégia da corretora PPI, para quem a Argentina precisa acumular mais US\$ 5 bilhões para atingir a meta.

# TCU adia decisão sobre acordo para concessionária continuada com Galeão

Tribunal precisa dar aval para repactuação do contrato do terminal

GERALDA DOCA  
geralda@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou ontem a análise da proposta de acordo que permitirá à concessionária RIOgaleão continuar administrando o Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio. Para isso, o contrato atual, que vence em

2039, deverá ser reformulado em melhores condições.

Pelo acordo, a outorga anual fixa paga à União será transformada em variável, atrelada ao faturamento da concessionária, em 20% da receita bruta. No entendimento do TCU com integrantes de governo, concessionária e Agência Nacional de Aviação (Anac),

o aeroporto foi reavaliado em R\$ 932 milhões.

Para evitar riscos jurídicos, o ativo passará por um processo simplificado de licitação, a fim de identificar eventuais interessados no mercado. A RIOgaleão vai participar do certame e ficará com o ativo caso não haja disputa. Se houver concorrente, o interessado terá que oferecer

valor acima da avaliação do terminal carioca.

Além de alívio no valor da outorga, a proposta prevê a retirada da Infraero do negócio. A estatal detém 49% de participação na RIOgaleão e será indenizada na proporção da sua participação acionária.

Também será excluída do contrato a obrigação da concessionária de construir uma terceira pista. Por outro lado, a RIOgaleão terá que desistir de disputas com a Anac, como pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato no valor de R\$ 8 bilhões.

Miriam Leitão está de férias.

**AVISO DE CONSULTA PÚBLICA**  
O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA, comunica que realizará CONSULTA PÚBLICA, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para tornar público, colher sugestões e contribuições em relação à minuta de edital, contrato e seus anexos para o projeto de concessão da operação de Terminais e Estações MOVE existentes e a serem construídos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos e o valor estimado é de R\$ 700.647.716,96 (setecentos milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos). As informações sobre o projeto de concessão, a justificativa de contratação, o formulário de questionamentos, o regulamento com a forma de participação na Consulta e as minutas de edital, contrato e seus anexos estarão disponíveis no site da SEINFRA (<http://www.infraestrutura.mg.gov.br>) e no site da Unidade de PPP do Estado de Minas Gerais (<http://www.parcerias.mg.gov.br>), no período de 29/05/2025 até 28/06/2025. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo endereço de e-mail [terminais@infraestrutura.mg.gov.br](mailto:terminais@infraestrutura.mg.gov.br). Belo Horizonte, 27 de maio de 2025. Pedro Bruno Barros de Souza - Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais.

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 84/2025. Objeto: Compra de ESTICADORES DE CABO DE AÇO, sob a forma de entrega integral, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência. Abertura: dia 12 de junho de 2025, às 10h, no site eletrônico [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). O Edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O manual de instrução para cadastramento e participação na sessão de lances encontra-se no link: <https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/>. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa.

**MINAS GERAIS** GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!**

ACCESSE [EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR](http://EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR) E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO